



Perfil da Mulher e do Homem Imigrante

no Concelho
do Montijo

Perfil da Mulher e do Homem Imigrante no Concelho do Montijo



Ficha Técnica

Título | Perfil da Mulher e do Homem Imigrante no Concelho do Montijo

Autoria | Câmara Municipal do Montijo e CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social

Equipa Técnica

Câmara Municipal do Montijo | Secretariado Técnico da Rede Social e do Projecto Montijo Saudável

Gabriela Guerreiro (Coord.)

Patrícia Nunes

Tiago Terraquente

CESIS | Centro de Estudos para a Intervenção Social

Heloísa Perista (Coord.)

Alexandra Silva

Pedro Perista

Concepção Gráfica e Maquetagem | Atelier de Artes Gráficas da Câmara Municipal do Montijo

Impressão | Gráfica da Câmara Municipal do Montijo

Tiragem | 500 Exemplares

ISBN | 978-989-8122-17-9

Depósito Legal | 294311/09

Montijo, Maio de 2009

Nota: Este estudo pode ser visualizado na íntegra em www.mun-montijo.pt (ver Projectos Municipais/Rede Social e Montijo Saudável)

Índice

5	Nota Introdutória
6	Considerações Iniciais
7	Nota Metodológica
10	Imigração: Movimento Potenciador de Crescimento e Desenvolvimento?
14	O Montijo como Destino Migratório: Porquê?
16	A Equação do (não) regresso ao país de origem
17	Trajectórias de imigração
19	As Mulheres e os Homens Imigrantes em Montijo: Como se Caracterizam?
21	País de Origem, Faixa Etária e Freguesia de Residência
23	Estruturas Familiares
25	Perfil de Habilitações Literárias
26	Inserção profissional
31	Situação Residencial
33	Rendimentos, Despesas e Capacidade Financeira
35	Sociabilidades
37	Participação Cívica
38	Lazer e Tempos Livres
39	A Conciliação da Vida Profissional e Familiar de Mulheres e de Homens Imigrantes em Montijo
42	Redes de Apoio e a Relação com Diversos serviços: entre a esfera do privado e a esfera institucional
44	Percepções de Integração na Sociedade de Acolhimento
48	Considerações Finais
51	Bibliografia
52	Notas

Nota Introdutória

Conhecer mais para integrar melhor. É desta forma que a Rede Social e o Projecto Montijo Saudável tem vindo, nos últimos anos, a trilhar o seu caminho.

Hoje, mais do que nunca, as dinâmicas populacionais são incontornáveis e os fluxos migratórios uma realidade transversal a todos os países. Vivemos numa Europa global e, cada vez mais, num Mundo também ele global onde as fronteiras, no seu sentido mais tradicional se dissipam. As culturas, as economias e as comunidades estão cada vez mais próximas.

Mas procurar a aproximação entre as diferentes populações, de diferentes nacionalidades não significa necessariamente, perda de identidade! Caminha-se, antes, para comunidades culturalmente mais ricas, assentes na promoção e no respeito pela diversidade.

Contudo, trabalhar com e para os/as imigrantes, no sentido da promoção da seu *empowerment*, tornando-os agentes cada vez mais activos, implica ao nível local, conhecer as suas necessidades, os seus anseios, as suas preocupações.

É desta forma que pretendemos continuar a trabalhar com a comunidade imigrante do Montijo e é por isso que este documento – Perfil da Mulher e do Homem Imigrante no Concelho do Montijo, se apresenta como mais uma ferramenta de trabalho que ajudará todas as instituições locais a acertar os seus ponteiros, por forma a melhor responder às necessidades efectivas destas gentes.

De onde vêm? Como percebem os recursos que o Montijo lhes disponibiliza? O que falta a esta cidade para os/as acolher melhor? São algumas das perguntas que pretendemos ver respondidas. A partir destas respostas iremos continuar a apostar no desenvolvimento de serviços, actividades e projectos que procurem acolher melhor quem escolheu este Concelho, vindo de outros países, para trabalhar ou residir.

A todas as instituições que com este estudo colaboraram, o nosso muito obrigado. À ASSIM - Associação de Imigrantes do Montijo, o nosso agradecimento especial.

A Vereadora do Pelouro da Educação, Saúde e Acção Social,



Considerações Iniciais

Esta brochura resume o Perfil da Mulher e do Homem Imigrante no Concelho de Montijo, trabalho adjudicado ao CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social pela Câmara Municipal de Montijo, na sua componente quantitativa, complementada por informação qualitativa, recolhida junto dos parceiros do Conselho Local de Acção Social e de Saúde e dos imigrantes residentes neste Concelho, através da realização de workshops.

Dando continuidade à linha de estudos de diagnóstico anteriormente elaborados, a realização deste trabalho dá continuidade à estratégia da Rede Social e do Projecto Montijo Saudável, no sentido de “conhecer mais para integrar melhor”.

O presente estudo apresenta-se como uma ferramenta de trabalho para todas as instituições e/ou organizações locais que directa ou indirectamente trabalham com a população estrangeira e imigrante deste Concelho, munindo-as de um maior conhecimento sobre esta franja populacional, logo dotando-as de uma melhor capacidade de acolhimento.

Refira-se, por fim, que o seu arranque coincidiu com o Ano Europeu do Diálogo Intercultural, assinalado em 2008, sendo posteriormente lançado e apresentado no Ano Europeu da Criatividade e Inovação.

Nota Metodológica

Um dos aspectos mais positivos que pautaram a execução deste trabalho prendeu-se com a existência permanente de uma parceria constante entre a Câmara Municipal do Montijo e o CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social.

Outro dos aspectos mais positivos desta investigação prendeu-se com a participação dos parceiros do projecto Rede Social e Montijo Saudável na fase de lançamento do estudo, validação de dados e facilitação na aplicação do inquérito por questionário em fases determinantes do seu desenvolvimento.

Assim e numa primeira fase do trabalho, foi definida a amostra, bem como as dimensões, variáveis e indicadores a contemplar no inquérito por questionário que viria a ser aplicado.

A base de inquirição do presente estudo foi construída a partir da base de dados do Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI) do Montijo que incluía, à data do início do processo (24 de Setembro de 2008), 513 registos de 16 nacionalidades. Daqueles, 234 diziam respeito a homens e 279 a mulheres. Considerando os objectivos do estudo, optou-se por uma amostra equitativa em termos de sexo, 100 homens e 101 mulheres, num total de 201. Sublinhe-se, aliás, uma preocupação clara em todo o desenvolvimento do processo de inquirição e análise dos dados, por evidenciar as diferenciações existentes em termos de sexo.

A amostra foi, igualmente, estratificada por nacionalidade e freguesia. No que respeita às nacionalidades, foram seleccionadas aquelas que, tendo em atenção os seus quantitativos na base de dados original, pudessem, na amostra, garantir a presença de um mínimo de cinco indivíduos por nacionalidades mais representativas. Foram, assim, seleccionados oito países de origem, correspondentes às principais comunidades imigrantes no concelho: Brasil, Roménia, Moldávia, Ucrânia, Angola, Guiné-Bissau, São-Tomé e Príncipe e Cabo Verde. A sua proporção relativa na amostra procurou ser a mesma da do universo de referência.

A amostra construída engloba todas as freguesias do concelho. Porém, é necessário realçar que, relativamente a três das freguesias – Alto Estanqueiro/Jardia, Atalaia e Canha – foi necessário efectuar um procedimento de sobre-representação, de forma a garantir que todas as freguesias estivessem representadas na amostra, no mínimo por cinco indivíduos.

Foi realizado um total de 140 questionários, aplicados presencialmente, por uma equipa de inquiridores/as devidamente formados/as para o efeito. O número de questionários efectuados e válidos correspondeu a 70% do número inicial de referência para a amostra. O desvio em relação ao planeamento inicial ficou a dever-se a um conjunto de factores que no geral se prendem com a dificuldade de contacto com os/as inquiridos/as e algumas incoerências existentes na base de dados utilizada.

Posteriormente e face às dificuldades encontradas na primeira fase de inquirição, procedeu-se, ainda, à reorganização territorial da amostra, recorrendo ao agrupamento de freguesias:

- Montijo e Afonsoeiro
- Atalaia, Alto Estanqueiro/ Jardim e Sarilhos Grandes
- Canha, Pegões e Santo Isidro de Pegões.

Com base neste agrupamento, encetaram-se novos contactos e realizaram-se algumas entrevistas adicionais. Foram, ainda, accionados, por parte das pessoas inquiridoras, processos de *bola de neve* que, apesar de terem propiciado a realização de novas entrevistas, não produziram os resultados esperados, no seu todo. Uma outra estratégia consistiu na permanência de inquiridores/as em locais conhecidos como sendo de concentração de imigrantes.

Estas dificuldades, pese embora devidamente ponderadas entre a equipa de investigação do CESIS e a equipa da Câmara Municipal de Montijo, não puderam ser ultrapassadas em tempo útil. Deste modo, e apesar da extensão do período de inquirição, não foi possível realizar todos os inquéritos inicialmente previstos. Note-se, contudo, que este facto não implicou uma limitação significativa ao nível dos resultados e da respectiva análise.



De forma a enriquecer a componente quantitativa foram realizados, ainda, dois *workshops*. Estes tiveram como principais objectivos:

- a) A recolha de pontos fortes e de aspectos susceptíveis de melhoria, na perspectiva de promover um melhor acolhimento da comunidade imigrante;
- b) Promover a participação dos parceiros do Conselho Local de Acção Social e de Saúde no desenvolvimento do diagnóstico sobre a comunidade imigrante, dotando-os de um conhecimento mais sustentado sobre a mesma;
- c) Fomentar uma maior integração da comunidade imigrante, tornando-os agentes activos em todas as fases do diagnóstico desenvolvido.

A fim de zelar pela coerência metodológica entre os dados quantitativos e qualitativos, procurou-se aproximar as dimensões de análise¹ para a recolha de informação quantitativa e qualitativa, numa lógica de identificação de “situações problema”, de pontos fortes e de estratégias futuras a implementar.

¹ Saúde, Apoio Social, Habitação, Educação, Formação Profissional e Emprego, Apoio aos menores (filhos/as)/conciliação, Segurança, Apoio ao/à imigrante (CNAI, SEF, CLAI...), Desporto e Participação Política.

Imigração²: Movimento Potenciador de Crescimento e Desenvolvimento?

As migrações estiveram, desde sempre, presentes nas sociedades humanas. Merece, aliás, consenso a ideia de que a colonização do planeta se tenha feito através de vagas migratórias a partir do que é hoje o continente africano.

Segundo dados do *World Migration Report* de 2008 (IOM, 2008) e do *World Migrant Stock* das Nações Unidas, cerca de uma em cada 33 pessoas é migrante, estimando-se que, no ano 2005, 3% da população mundial se enquadrasse na categoria de migrante internacional. Este valor corresponde a mais de 190 milhões de indivíduos, praticamente metade dos quais mulheres, valor esse que se estima poder atingir os 230 milhões em 2050.

Estima-se que anualmente entrem cerca de 880 mil imigrantes legais na União Europeia (UE). Essa é, porém, apenas uma das faces da questão. Estimativas da Europol apontam para 500 mil pessoas entrando de forma ilegal, em cada ano, na UE.

Em Portugal, também em 2005, e de acordo com as Nações Unidas, seriam 763 668 as pessoas imigrantes em território nacional, cerca de 20% mais do que em 2000 e cerca de 75% mais do que em 1990, correspondendo a 7,3% da população.

Na década de 80, o número de pessoas estrangeiras quase tinha duplicado face aos anos anteriores, registando-se uma alteração na origem destes processos de mobilidade, já que é durante esta década que a imigração de natureza laboral assume expressão mais notória. Este tipo de migração consolida-se no que diz respeito às pessoas vindas de Cabo-Verde e alarga-se a outros países africanos, especialmente a Angola e Guiné-Bissau, e ao Brasil.

Na década seguinte assiste-se à continuidade do crescimento do número de pessoas estrangeiras em Portugal. É essencial, porém, realçar que é nesta década que decorrem os dois primeiros processos de legalização extraordinária de imigrantes, ocorridos em 1992-1993 e 1996.

² Por migração entende-se os movimentos populacionais de um local para outro, sejam estes de carácter temporário ou permanente, devendo obedecer a três características: i) ser um fenómeno com consequências demográficas resultantes de uma marcada movimentação através de uma fronteira administrativa bem definida; ii) ser um fenómeno contínuo dentro de um dado limite temporal, i.e., não poderá ser temporário ou casual; iii) envolver uma transição social bem definida, implicando uma mudança de estatuto ou uma alteração no relacionamento com o meio envolvente, quer físico, quer social (cf. Jackson, 1986:5).

A década de 90, merece também realce o grande acréscimo de cidadãos e cidadãs brasileiros/as residentes cujo número quase duplica entre 1990 e 1996.

No processo de 1992-1993 regularizaram a sua situação documental em Portugal cerca de 39 000 cidadãos e cidadãs estrangeiros/as, com especial destaque para os/as nacionais de Cabo Verde e Angola que representaram aproximadamente dois terços do total de pessoas que vêm a sua situação regularizada em Portugal.

No processo de regularização extraordinária de 1996 registaram-se 31 117 pedidos sendo que, uma vez mais, a maioria (cerca de 82%) foi apresentada por pessoas nacionais dos PALPs³ tendo-se constatado, em paralelo, um acréscimo de cidadãos e cidadãs de outras nacionalidades tais como a China e o Paquistão as quais, até àquela data, não representavam um contingente migratório significativo em Portugal.

Refira-se, ainda, o intenso incremento da população estrangeira em Portugal resultante da lei que criou as ‘autorizações de permanência’, publicada em 2001 e com efeitos nesse ano e em 2002-2003.

O final da década de 90 vem introduzir novas alterações ao panorama imigratório português. A par da continuidade na imigração proveniente dos PALPs e de um reforço da imigração proveniente do Brasil⁴, surgiu um novo fluxo que veio ter consequências importantíssimas a este nível: a imigração com origem nos países do leste europeu, com destaque para a Ucrânia e, em menor grau, a República da Moldávia, a Roménia e a Rússia.

3 Países Africanos de Língua Portuguesa

⁴ A propósito do reforço da imigração proveniente do Brasil, nesta fase, importa referir a assinatura, em 2003, de um acordo bi-lateral entre Portugal e o Brasil, no sentido de permitir a regularização extraordinária de cidadãos e cidadãs brasileiros/as residentes em Portugal.

Entre 1980 e 2002, a população estrangeira residente em Portugal sofreu, pois, uma evolução crescente e sustentada. De facto, neste período, a população estrangeira com autorização de residência mais do que triplicou. No que diz respeito às mulheres estrangeiras a residir em Portugal, o crescimento é ainda mais expressivo – o valor mais do que quadruplicou neste período.

Na sequência destes processos, no final de 2007 (de acordo com números provisórios divulgados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - SEF) a população estrangeira com residência legalizada em Portugal ascendia a 401 612 indivíduos, o que representa uma variação positiva de 20,9%, por relação ao ano anterior. De acordo com a mesma fonte, se a este grupo somarmos as prorrogações de autorizações de permanência, as prorrogações de vistos de longa duração e os vistos de longa duração concedidos, o número de pessoas estrangeiras a residir ou permanecer de forma legal em Portugal, sobe, em 2007, para 444 333.

Do total da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, em 2007, 54,7% eram do sexo masculino e 45,3% do sexo feminino. Estes valores apontam para uma atenuação da sobrerrepresentatividade masculina, por comparação ao ano anterior. Nos últimos anos, de acordo com Carrilho (2008: 63), 'a relação de feminilidade tem vindo a subir, facto que indicia o intensificar da entrada de mulheres na situação de imigrantes ou por motivo de reagrupamento familiar'.

No que se refere às regiões de origem, a maioria destas pessoas continua a ser oriunda dos PALPs, em particular, de Cabo-Verde, Angola e Guiné-Bissau. Nestes casos, a relação de masculinidade é particularmente elevada, uma vez que existem, entre a população de origem africana, 130 homens por cada 100 mulheres a residir em Portugal.

Em contrapartida, entre a população oriunda do Brasil, país de onde provêm 15% das pessoas estrangeiras a residir legalmente em Portugal, neste mesmo ano de 2007, o número de mulheres excede o de homens, numa relação de 113 para 100.

Num contexto de baixíssima natalidade, a imigração é responsável por cerca de 70% do aumento populacional registado na UE (Soares, 2003; Eurostat, 2003). Portugal não é excepção. Em 2002, de acordo com estimativas do Instituto Nacional de Estatística (INE), a imigração terá sido responsável por 90% do crescimento populacional do país.

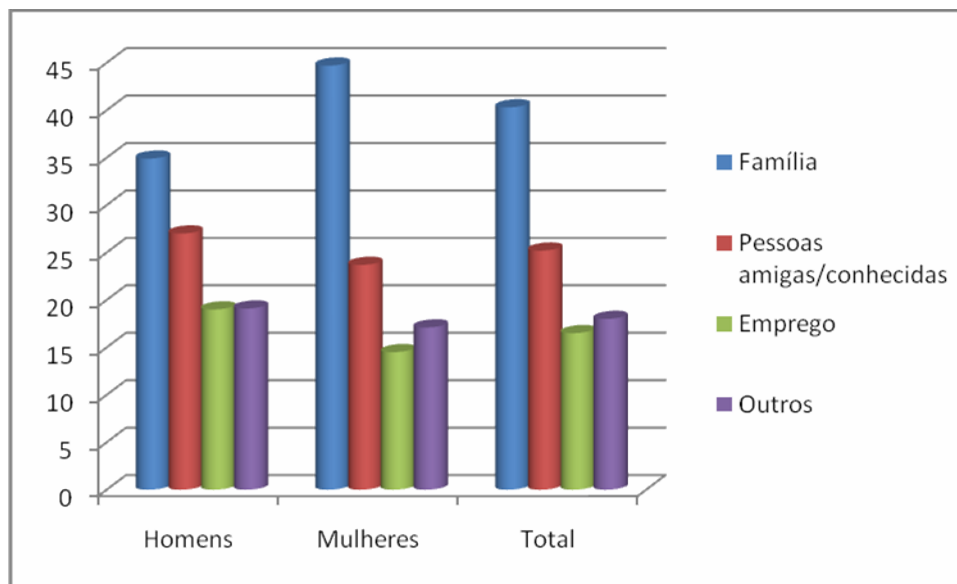
Assim, a imigração é, de facto, apontada como fundamental para uma UE (cada vez mais) envelhecida, com taxas de natalidade abaixo dos níveis de reposição geracional, havendo quem defenda que 'numa perspectiva de longo prazo, a imigração deve ser encarada como um dos instrumentos estratégicos que permitirão à UE fazer face ao envelhecimento e aos desequilíbrios demográficos' (Fotakis, 2003).



O Montijo como Destino Migratório: Porquê?

A presença de familiares no Montijo é o principal motivo apontado pelos/as respondentes para terem escolhido o concelho como destino migratório.

Principal motivo para ter escolhido o Montijo como local de residência, segundo o sexo



Quanto às dificuldades sentidas na chegada ao Montijo, as duas mais mencionadas relacionam-se, por um lado, com o arranjar trabalho e, por outro, com a barreira linguística (esta mais evidente nos cidadãos/ãs oriundos dos países de leste). Comparativamente, o conseguir um local para morar terá sido menos problemático, bem como as questões relacionadas com a sua legalização.



Analisando a questão por género, é notória a maior prevalência de dificuldades ligadas ao processo de legalização sentidas pela população masculina, comparativamente à feminina. Nesta, por seu turno, aparece particularmente evidenciada a solidão e o não conhecer ninguém.

A Equação do (não) Regresso ao País de Origem

Os planos de regresso ao país de origem são algo que divide o universo dos/as inquiridos/as. De facto, se cerca de um/a em cada três respondentes afirma ter planos de regresso ao país de origem, quase 60% afirma o contrário. A inexistência de planos de retorno, por seu lado, prende-se, sobretudo, com o facto de os/as respondentes entenderem ter já a família e a vida organizada em Portugal.

O maior tempo de permanência em Portugal parece ter efeitos ao nível da existência destes planos, sendo os/as inquiridos/as vindos antes do ano 2004 os que menos afirmam a existência de planos (22,1%), para o que poderá contribuir não só uma maior habituação à vida em Portugal, potencialmente originadora de uma maior tendência para a permanência, mas também o facto de parte dos/as imigrantes chegados nessa altura com perspectivas de retorno ter já partido, sendo a maior parte dos/as que ficaram, indivíduos sem planos de retorno. Quase metade (46,7%) dos/as que afirmam ter planos de retorno estabelece um prazo máximo de dois anos para o fazer.

Para duas em cada três pessoas que explicitaram razões para o retorno, o perspectivar deste prende-se com as saudades da família e da terra de origem. Por outro lado, 9,5% apontou motivos de trabalho para o regresso, como o sejam a dificuldade em obter em Portugal um emprego compatível com as qualificações ou as possibilidades acrescidas que o país de origem oferece a este nível.

As saudades são particularmente evidenciados pelos/as oriundos/as do Brasil (94.1%). Entre os/as inquiridos/as de Leste, ganha relevância comparativa o facto de a vida estar organizada no país de origem (16.7%) e entre os/as oriundos/as dos PALPs, o facto de o país de origem estar mais estável, logo mais favorável a uma possibilidade de retorno (7.7%).

Trajectórias de Imigração

A este nível é possível constatar que há uma consonância evidente com os dados oficiais do SEF⁵, sendo notório que é entre os/as respondentes oriundos dos PALPs que se registam os processos migratórios mais antigos, com mais de metade das pessoas a terem migrado para Portugal até ao final da década de 1990, sendo que uma em cada quatro o fez antes do início dessa década.

Relativamente à população oriunda da Europa de Leste verifica-se um maior número de entradas entre o ano 2000 e 2001, ano coincidente com a regularização extraordinária de imigrantes. No que diz respeito à população brasileira, duas em cada três pessoas chegaram a Portugal depois do ano 2003, não lhes sendo, pois, aplicável o “Acordo de Contratação Recíproca de Nacionais”, informalmente designado por “Acordo Lula⁶”. Nos restantes dois grandes grupos de origem são consideravelmente menos, apesar de tudo, as pessoas que chegaram depois de 2004, prazo definido para o acesso ao designado “Acordo CTT”⁷.

No que diz respeito às motivações da sua vinda para Portugal e para o Montijo, tendo em conta o universo dos/as inquiridos/as é notória a associação mais directa da migração oriunda do Brasil à procura de trabalho, ao passo que, entre os/as oriundos/as da Europa de Leste se regista uma maior associação à componente mais genérica da melhoria da situação económica em conjugação com a procura de um trabalho melhor pago. Quanto à população oriunda dos PALPs, evidencia-se a sua maior associação a situações como a fuga a cenários de instabilidade sócio-política, a procura de melhores condições designadamente em termos escolares, habitacionais e de cuidados de saúde, bem como a situações de reagrupamento familiar.

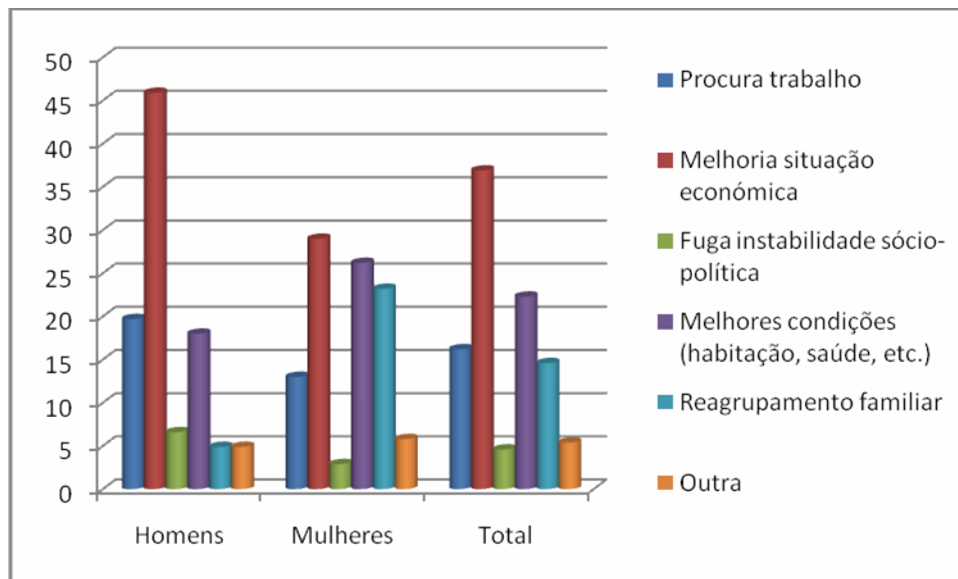
Uma análise mais detalhada, por sexo, da principal razão para a saída do país de origem permite consolidar os resultados atrás referidos e verificar, graficamente, a maior prevalência da procura de melhores condições e do reagrupamento familiar entre as mulheres inquiridas.

⁵ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

⁶ Acordo bilateral que visava a regularização de imigrantes entrados no país até 11 de Julho de 2003 e que contassem com um contrato de trabalho em vigor.

⁷ Processo semelhante ao “Acordo Lula” e que se destinava a todos os grupos nacionais de imigrantes. Deve o seu nome ao facto de os impressos serem preenchidos nos postos dos CTT.

Principal razão para ter saído do país de origem, segundo o sexo



Apesar de não existir uma diferenciação evidente, por sexo, relativamente ao tempo de chegada a Portugal, é visível uma diferenciação se esse tempo de chegada for analisado ao nível da dinâmica intra-familiar. Efectivamente, mais de metade das mulheres que têm o cônjuge em Portugal (59,5%) foram por eles antecederas, enquanto que cinco em cada seis homens precederam à cónjuge.

As Mulheres e os Homens Imigrantes em Montijo: Como se Caracterizam?

O Concelho de Montijo acolhe, hoje, uma comunidade imigrante cuja dimensão exacta se desconhece. Segundo dados do último Recenseamento Geral da População, a população imigrante do Montijo abrangia 691 pessoas, correspondendo a 1,8% da população total do concelho, maioritariamente masculina.

Considerando a nacionalidade, constata-se que a população estrangeira residente em Montijo era, particularmente, oriunda de Angola, Brasil, Cabo Verde e França⁸. Eram muitas as pessoas com nacionalidade estrangeira não discriminada, bem como aquelas que possuíam dupla nacionalidade (portuguesa e outra).

Uma análise por freguesia revela uma maior concentração desta população no Montijo (sede de Concelho), seguida (embora com valores bem menores) por Sarilhos Grandes e Afonsoeiro. Esta última freguesia destaca-se por ser a única em que o número de mulheres era superior ao número de homens estrangeiros residentes.

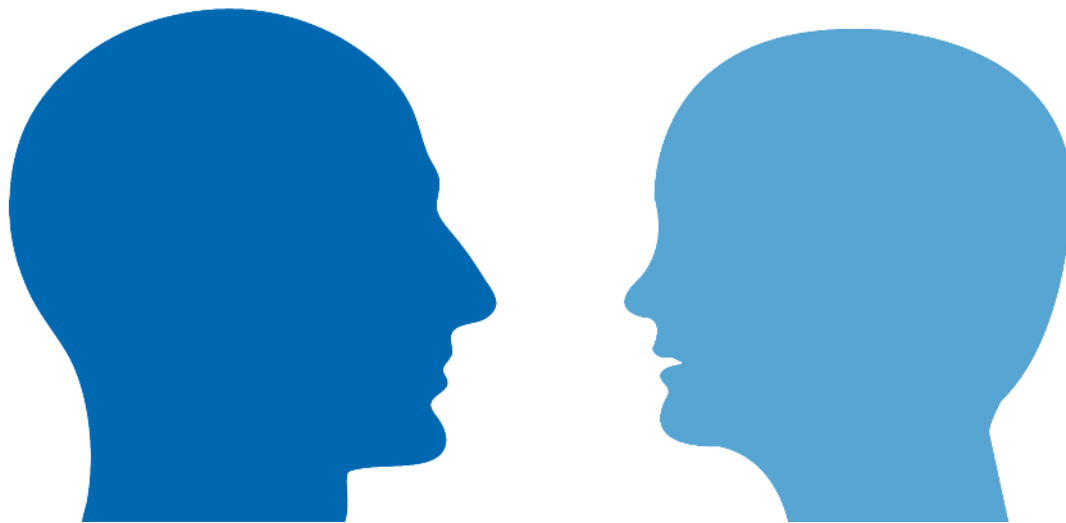
Dados estatísticos mais recentes relativos a 2006⁹, apontam para um total de 519 pessoas estrangeiras que solicitaram estatuto de residente no concelho de Montijo, das quais 279 homens e 240 mulheres.

Entre estas pessoas, a maior parte era de países da Europa de Leste, em particular, da Roménia, Ucrânia e República da Moldávia. Número significativo, mas inferior, provinha do Brasil e dos PALPs. Tendo em conta estes grupos, constata-se uma maior proporção de mulheres nos brasileiros e oriundos do PALOPs, facto que poderá prefigurar situações mais frequentes de reagrupamento familiar nestes grupos. Por outro lado, as pessoas oriundas da Europa de Leste eram, na sua maioria, homens.

⁸ Em relação às pessoas com nacionalidade francesa, poder-se-á colocar a dúvida se se tratará de situações de retorno de emigrantes ou, sobretudo, de retorno de chamados 'emigrantes de segunda geração'.

⁹ INE, Estatísticas Territoriais, 2006.

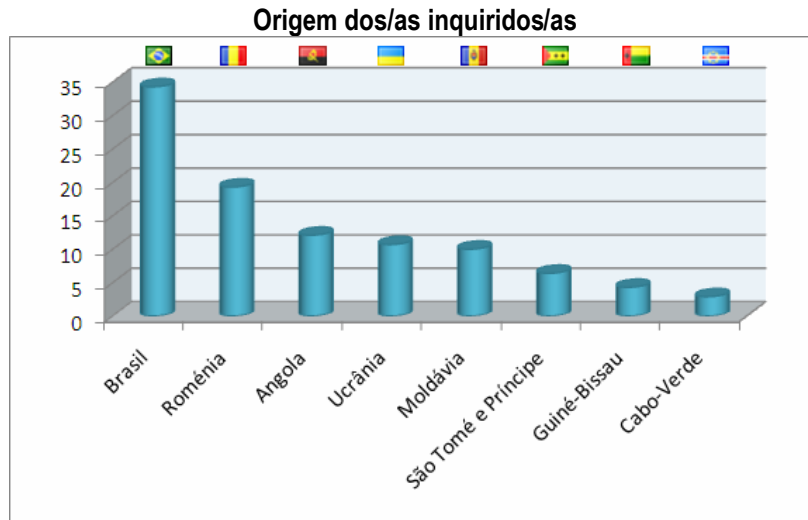
O ano de 2007 representou, pelo que é dado a conhecer pelas estatísticas oficiais, um decréscimo no número de pessoas estrangeiras que solicitaram estatuto de residente no concelho de Montijo: 261, das quais 133 homens e 128 mulheres¹⁰.



¹⁰ INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2007

País de Origem, Faixa Etária e Freguesia de Residência

Analisando a amostra por país de origem¹¹, é possível verificar que a mais representativa é, indubitavelmente, o Brasil, de onde provém cerca de uma em cada três pessoas inquiridas¹².



¹¹ Optou-se por efectuar a análise com base no cruzamento das variáveis relativas à nacionalidade e ao local de nascimento dos/as imigrantes, dado que, em alguns casos, os/as inquiridos/as tinham obtido nacionalidade portuguesa e, noutros casos, o país de nascimento era diferente do de nacionalidade efectiva (ex. cidadão romeno nascido na Hungria ou cidadã brasileira nascida no Irão).

¹² Relembre-se que a amostra é constituída por 140 imigrantes, 64 homens e 76 mulheres. Percentualmente, os homens representam 45,7% da amostra e as mulheres os restantes 54,3%.

Relativamente a este país de origem regista-se uma distribuição por sexo equitativa tal como acontece em relação à Moldávia. Relativamente à Roménia e a São-Tomé e Príncipe também se registam distribuições que se podem classificar como paritárias, ligeiramente masculinizada, no primeiro caso e ligeiramente feminizada, no segundo. É relativamente a Angola, São-Tomé e Príncipe e Cabo Verde que se regista distribuições acentuadamente feminizadas.

Relativamente à faixa etária, verifica-se a existência de uma classe muito jovem e em idade activa, sendo que três quartos tem, no máximo, 40 anos, um/a em cada quatro respondentes tem 29 anos ou menos, situando-se a média das idades nos 35 anos.

Tendo em conta as faixas etárias e cruzando estas com o país de origem, verifica-se uma tendência maioritária para um maior número de brasileiros jovens (cerca de metade da população desta nacionalidade tem até aos 29 anos, sendo muito poucos os que têm 45 e mais anos). Inversamente, os/as respondentes oriundos dos PALPs e da Europa de Leste apresentam uma idade superior.

Dos dados recolhidos é possível obter três perfis de imigrantes no Concelho do Montijo:

- População oriunda dos PALPs, tendencialmente mais velha e residente no Montijo e Afonsoeiro
- População oriunda do Brasil, tendencialmente mais jovem e residente nas freguesias do Montijo e Afonsoeiro;
- População oriunda dos países do Leste europeu, tendencialmente residentes nas freguesias da Atalaia e Sarilhos Grandes, com maior concentração de pessoas com idades compreendidas entre os 30 e os 44 anos.

Estruturas Familiares

A estrutura familiar mais representada no contexto da amostra é, sem dúvida, a das famílias nucleares com filhos. Se tal resultado é consentâneo com a distribuição registada para o total da população há que registar, porém, a baixa prevalência, quando comparado com os resultados de outras pesquisas sobre população imigrante, de agregados compostos por elementos aparentados e por elementos não aparentados.

Embora diga sempre respeito a contextos genericamente baixos, este último tipo de agregado caracteriza muito mais os respondentes do sexo masculino – assim como a existência de indivíduos isolados – ao passo que a monoparentalidade, seguindo a tendência societal global, caracteriza, quase exclusivamente, as mulheres da amostra.

Mais de metade da população inquirida tem filhos/as a residir consigo, embora com percentagem superior para as mulheres (64,5% para o total de mulheres face a 43,7% para o total dos homens). Tendo em conta a nacionalidade é a população brasileira aquela que menos filhos tem, mas também aquela que apresenta uma faixa etária mais baixa.

A idade de filhos/as pode ser determinante na construção de uma trajectória imigratória de diferente tipo – por exemplo, quando estamos perante mulheres e homens que têm crianças com idade até aos 9 anos, a existência de equipamentos de apoio à infância pode constituir-se como elemento facilitador de uma inserção profissional.

De facto, o que se verifica na população inquirida é que quase todas as crianças se encontram inseridas em equipamentos de apoio à infância e/ou na escola. Apenas entre as crianças com idade até aos dois anos se regista crianças não inseridas em qualquer equipamento. Por outro lado, considerando o universo dos/as inquiridos/são os descendentes com idade entre os 10 e 14 que registam uma percentagem mais elevada (24,2%), seguida das com 18 e mais anos (20%).

A integração de imigrantes passa, também, pelo sucesso escolar de filhos/as. A maioria dos descendentes dos/as imigrantes do Montijo têm sucesso escolar, verificando-se um número reduzido de alunos/as ficam retidos/as, sendo que a maioria das crianças que reprovou o ano em Portugal é oriunda dos PALPs.

Por outro lado, a relação que pais e mães imigrantes mantêm com a escola das suas crianças (com idade entre os 6 e os 16 anos) revela, de alguma forma, um interesse pessoal no (eventual) êxito escolar e, também, social das crianças. E este é um factor particularmente sensível para os e as imigrantes.

De facto, 11% dos pais e das mães inquiridos/as costuma ir à escola dos seus filhos e das suas filhas por iniciativa própria, 38% quando são chamados/as e 42% por iniciativa própria e quando chamados, sendo residual os que revelam não ir à escola dos/as filhos/as, mesmo quando são chamados/as.

Importa também referir que o nível de satisfação com o atendimento prestado na escola é, para a comunidade imigrante, muito elevado, independentemente do país de origem do pai ou da mãe e para a generalidade das freguesias de Montijo.



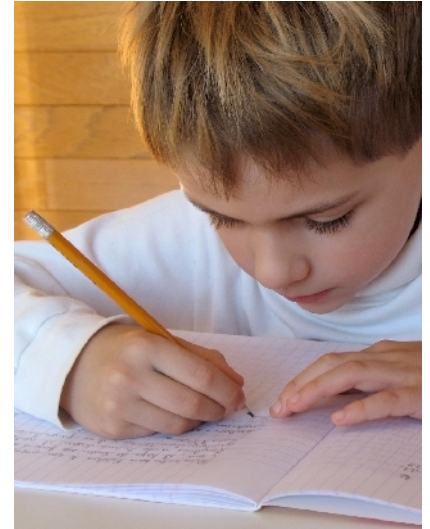
Perfil de Habilitações Literárias

A generalidade dos/as imigrantes do Concelho do Montijo evidencia um perfil de habilitações literárias superior à generalidade da população autóctone. Das pessoas inquiridas, cerca de 96% (maioritariamente mulheres) frequentou a escola, sendo o número daqueles que nunca frequentaram qualquer estabelecimento de ensino, meramente residual.

Quando atendemos ao número de anos passados na escola (exceptuando reprovações) apuramos, por um lado, que as pessoas oriundas da Europa de Leste, sobretudo mulheres são as que têm mais anos de escolaridade e, por outro, que as oriundas dos PALPs as que têm menos anos passados na escola. Este fenómeno é, de certa forma, expectável atendendo a todo um processo histórico de maior investimento educativo tradicionalmente associado aos países da Europa de Leste.

Contudo, nem sempre o investimento escolar está directamente relacionado com a profissão exercida. Assim, se cruzarmos o nível de ensino superior com a profissão das pessoas inquiridas verificamos um desajustamento entre a escolaridade obtida e as competências necessárias ao desempenho das profissões. E muito embora este seja um dado válido tanto para mulheres como para homens, o desajustamento é ainda maior no que respeita à população feminina. Tendo em conta a amostra abordada para este estudo, das 16 mulheres com o ensino superior, seis trabalham como empregadas de limpeza ou domésticas e quatro como empregadas de balcão.

A par das dificuldades neste ponto assinaladas evidenciou-se, a partir de informação recolhida de forma qualitativa, as dificuldades acrescidas ao nível do processo de reconhecimento das habilitações literárias possuídas e reconhecidas no país de origem, contudo não válidas em Portugal.



Inserção Profissional

Seguindo o padrão tradicional das populações imigrantes, esta é uma população com taxas de actividade altíssimas. A taxa de actividade feminina, embora mais baixa do que a masculina atinge o valor considerável de 83,6% (a dos homens é de 96,9%). Para o total da população portuguesa, a taxa de actividade situava-se em 51,7% (57,8% para os homens, 46% para as mulheres¹³). 82% do total de inquiridos/as encontrava-se a trabalhar no momento da inquirição.

Relativamente ao desemprego, regista-se algum distanciamento face à situação do total da população portuguesa. Efectivamente, embora o total de pessoas desempregadas na amostra seja de 8%, a análise desta questão sob o ponto de vista de taxa de desemprego situa este valor nos 8,9%, já bastante superior aos 7,7% registados para o total da população¹⁴.

A análise segundo o sexo mostra também um distanciamento face aos dados do INE. Apesar de a percentagem de inquiridos e inquiridas em situação de desemprego serem idênticas (7,9% e 8%, respectivamente), a análise da taxa de desemprego revela um valor de 8,3% para os homens da amostra e de 9,5% para as mulheres. Tais valores são, em ambos os casos, superiores aos registados para o total da população (6,5% para os homens e 9,1% para as mulheres).

A situação de desemprego prende-se sobretudo com a cessação do trabalho por parte da entidade empregadora, seja pelo fim do contrato ou do posto de trabalho (38,5%), referido por 80% dos homens da amostra; ou pelo despedimento do/a trabalhador/a (30,8%), mais prevalente entre as mulheres (37,5%). Menos de metade dos/as respondentes afirmou estar a receber subsídio de desemprego.

A procura de um novo emprego é feita sobretudo através do centro de emprego (83,3%) e do contacto com pessoas conhecidas (50%), confrontando-se, em muitos casos, com a situação de ilegalidade vivida por estes indivíduos (30%), ao que acresce, segundo os/as inquiridos/as, uma maior contenção na admissão destes trabalhadores/as por parte das empresas (30%).

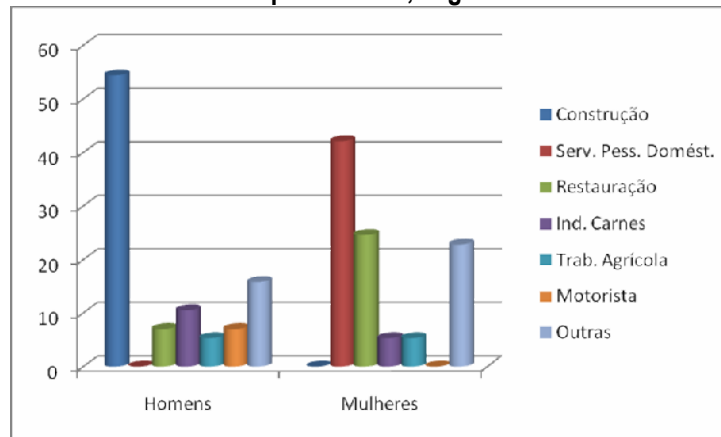
¹³ INE, Inquérito ao Emprego.

¹⁴ INE, Inquérito ao Emprego, 3º trimestre de 2008. No momento da elaboração do presente relatório não se encontravam ainda disponíveis os valores relativos ao 4º trimestre, esse sim coincidente com o momento da inquirição.

81,8% dos/as imigrantes em idade activa em situação de inactividade são mulheres, situação que dura, dois em cada três casos, há menos de um ano, e por razões diversas: ter de cuidar de crianças e/ou pessoas idosas em situação de dependência, ter optado por voltar a estudar/formação ou em consequência de um despedimento.

No que diz respeito à natureza das tarefas desenvolvidas, constata-se um padrão consentâneo com o Nacional. De facto, este é um aspecto em que o sexo é, como seria de esperar, um claro factor de diferenciação, sendo que nenhuma mulher se encontra representada nas profissões relacionadas com o sector da construção e nenhum homem desenvolve a sua actividade nos serviços domésticos/de limpeza. Para além disso, três em cada quatro respondentes que trabalham no sector da restauração são mulheres.

Actividade profissional, segundo o sexo



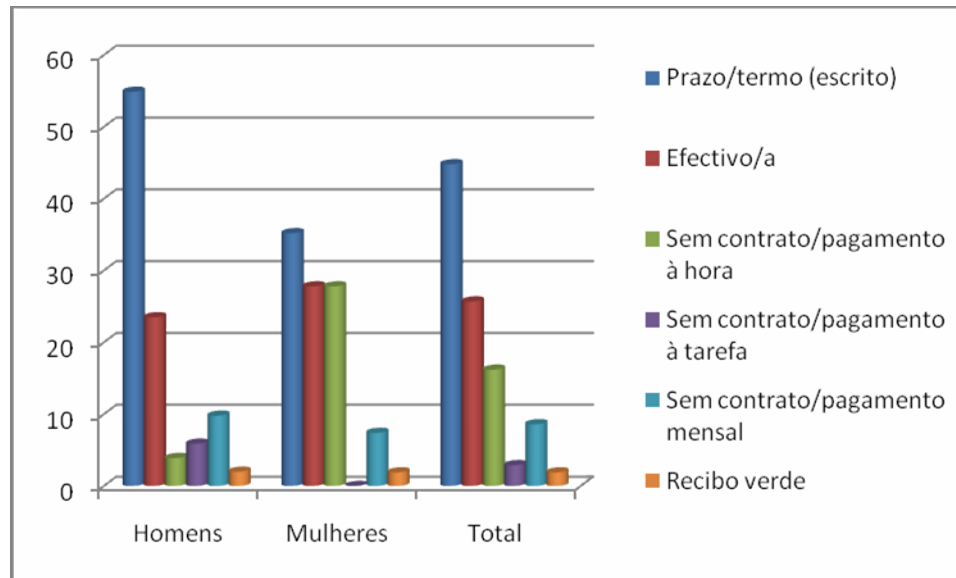
A análise da última actividade profissional no país de origem permite, desde logo, constatar a total ausência das principais áreas de integração profissional em Portugal (construção e serviços pessoais e domésticos). Nos respectivos países de origem, aproximadamente um/a em cada três inquiridos/as encontrava-se integrado/a no operariado, no caso dos homens, ou em actividades que requerem habilitação superior, no caso das mulheres. De realçar ainda o facto de determinadas actividades desempenhadas em Portugal (restauração, motorista, trabalho agrícola) serem já desempenhadas nos países de origem, muito embora apenas parcialmente se verifique uma justaposição entre as duas situações.

A análise segundo os grupos de origem revela o predomínio de actividades para as quais é requerida habilitação superior entre os/as oriundos/as do Leste da Europa, sendo o operariado predominante nos dois restantes grupos e, sobretudo, entre os/as oriundos/as dos PALPs. Entre os/as oriundos/as do Brasil ganham relevo comparativo as actividades desempenhadas nas áreas do comércio e dos serviços não domésticos.

A maioria da população inquirida trabalha para uma empresa privada, embora se registre uma diferenciação significativa por sexo. Assim, a maior parte das mulheres (53,8% face a 13,2% dos homens) trabalha para particulares, o que está associado, principalmente, ao trabalho nos serviços pessoais e domésticos. Por outro lado, mais de 80% dos homens trabalham para empresas privadas, valor que é o dobro do registado entre as mulheres. Mais de metade da população inquirida tem um contrato a termo certo. Entre as mulheres, porém, e novamente devido ao peso dos serviços pessoais e domésticos, cresce significativamente a proporção de pessoas pagas à hora.

O contrato sem termo é mais frequente entre os indivíduos oriundos dos PALPs, com uma permanência mais longa em Portugal.

Tipo de contrato de trabalho, segundo o sexo



No que respeita a horas e dias de trabalho, as profissões nas áreas da restauração e da construção são as que revelam horários mais longos. De facto, mais de metade destes/as inquiridos/as trabalha mais do que as 8 horas diárias regulamentadas. Do mesmo modo, em relação aos dias de trabalho, 58% e 83% dos/as respondentes que trabalham na área da construção e da restauração têm mais de cinco dias de trabalho semanal (face a 36% dos/as que trabalham noutras áreas).

Apesar dos problemas anteriormente referidos, nomeadamente em relação à regulamentação do trabalho, quase 70% dos/as inquiridos/as que se encontram a trabalhar afirmam-se satisfeitos/as com o seu emprego/trabalho. Embora a proporção de homens e de mulheres nesta situação sejam semelhantes, as razões para tal diferem de acordo com o sexo.

Assim, entre os homens, é visível a maior prevalência comparativa de motivos como a boa relação com a entidade patronal e o bom ambiente de trabalho e, sobretudo, o ganhar bem. Entre as mulheres, por seu turno, têm maior relevância comparativa as boas condições físicas do local de trabalho e a habituação ao emprego. A resposta mais assinalada para a não satisfação com o emprego prende-se com o ganhar pouco, referida por 75% dos homens e 55.6% das mulheres insatisfeitos/as.



Situação Residencial

O contexto habitacional de residência da maior parte dos/as imigrantes inquiridos/as passa pelo aluguer de uma habitação. A utilização de instalações no local de trabalho, nomeadamente nos estaleiros da construção é referida por apenas 2,2%.

Analisando a questão pelo local de residência, é possível verificar que a zona Interior do concelho se destaca dos restantes contextos pela ausência de situações de residência em habitação própria e reforço do recurso à habitação alugada, que caracteriza cerca de três em cada quatro imigrantes ali residentes. O recurso à habitação própria é comparativamente mais relevante na Atalaia/Sarilhos Grandes (28,6%). A residência nos locais de trabalho é mais elevada neste contexto e na zona Este, sendo inexistente, no quadro do universo dos/as inquiridos, no Montijo e Afonsoeiro.

No que diz respeito a proveniências, são sobretudo os/as imigrantes oriundos dos PALPs que mais residem em habitação própria (25%), o que é consistente com o carácter mais antigo da sua migração para Portugal.

Mais de 90% dos/as inquiridos/as (95,2% dos homens; 88,2% das mulheres) afirmam gostar do contexto territorial em que residem aparecendo, à cabeça, como razão para tal, a calma e/ou a tranquilidade oferecida, seguindo-se a valorização da vizinhança e/ou do facto de ter pessoas amigas por perto. Deve, ainda, ser salientado que a terceira razão mais referida, mais do que com características objectiváveis, se prende com a habitação ao local e/ou não conhecer outros locais. É na zona Interior que, comparativamente, menos são os/as respondentes (81,8%) que declaram gostar de morar na freguesia onde residem.

Para a análise das condições habitacionais registadas, optou-se por constituir três índices.

- Um primeiro índice diz respeito a condições básicas de alojamento, agregando cinco itens: disponibilidade de água canalizada, electricidade, sistema de esgotos, casa de banho interior e cozinha.
- Um segundo índice refere-se à posse de um conjunto de bens de equipamento, agregando cinco itens: fogão ou afim, esquentador ou afim, máquina de lavar roupa, frigorífico e televisão.
- Um terceiro índice agrega três itens de conforto de natureza mais subjectiva: aquecimento adequado da habitação, iluminação adequada da habitação, existência de humidade.

É no índice relativo ao conforto que se registam valores de privação mais elevados devidos, sobretudo, à presença de humidade nos alojamentos, e que afecta mais de 40% dos alojamentos dos/as inquiridos/as.

Da análise dos dados do questionário ressalta também o carácter multidimensional da privação. Efectivamente, é possível constatar que metade dos indivíduos (e, por extensão, os respectivos agregados domésticos) que registam uma situação de privação em termos de condições básicas - o mais elementar dos indicadores - estão também privados em termos de bens de equipamento e 75% em termos de condições de conforto.

A questão da privação aparece intimamente ligada à origem dos/as inquiridos/as sendo, sistematicamente, os/as oriundos/as dos PALPs os/as que registam maior prevalência desse tipo de situação. 8,3% destes/as respondentes estão privados em termos de condições básicas de alojamento e 16,7% em termos de bens de equipamento, constituindo o único grupo de origens privado em relação a este índice.

No que diz respeito aos grupos de freguesia de residência importa destacar a maior privação relativa mencionada pelos/as inquiridos/as residentes na zona Interior do concelho a respeito das condições subjectivas de conforto (aquecimento adequado da habitação, iluminação adequada da habitação, existência de humidade).

Foi também na zona interior do Concelho, sobretudo nas freguesias de cariz mais rural e algumas rural/urbano (Canha, Pegões, Stº Isidro de Pegões e Alto-Estanqueiro-Jardia), onde se sinalizaram ao nível da comunidade imigrante, as situações habitacionais e sociais mais graves. Neste domínio foi assumida a existência de locais onde comunidades imigrantes, com alguma dimensão, se sujeitam a situações habitacionais pouco condignas, em antigas “malhadas de porcos”, para as quais são cobradas rendas, como se de um imóvel vulgar se tratasse.

Rendimentos, Despesas e Capacidade Financeira

A principal fonte de rendimento de 84,6% dos agregados dos/as inquiridos/as é o trabalho por conta de outrem e para 8,8% o trabalho por conta própria. Este é mais representativo entre a população inquirida oriunda do Brasil e da Europa de Leste (12,8% e 9,1%, respectivamente, face a 2,9% entre os/as oriundos/as dos PALPs).

O mesmo acontece, curiosamente, em relação ao trabalho por conta de outrem – 76,5% entre os/as respondentes dos PALPs – o que, conseqüentemente, reforça a proporção destes/as inquiridos/as que referiram outras fontes de rendimento como pensões, rendimento social de inserção ou subsídio de desemprego (2,9% cada), bem como a ausência de qualquer fonte de rendimento (5,9%).

As duas principais despesas da grande maioria dos/as inquiridos/as são, indubitavelmente, a renda da habitação e a alimentação, aparecendo as restantes despesas com valores muito mais baixos. É de salientar o maior peso relativo de respostas que referem as despesas de água, electricidade, gás, etc. e de educação entre as mulheres inquiridas, o que reflecte, provavelmente, neste último caso, o maior envolvimento das mulheres na educação dos/as filhos/as bem como a sua particular responsabilidade na gestão doméstica.



A esmagadora maioria dos/as inquiridos/as afirmou ter capacidade financeira para fazer face às despesas mensais essenciais. Mesmo em termos de despesas menos essenciais como idas ao cinema, ao teatro e compra de livros, quase metade dos/as respondentes afirmou ter capacidade financeira para tal.

A proporção de mulheres que refere ter capacidade financeira todos os meses é, em todos os itens, inferior à de homens. Isto independentemente do tipo de agregado em que se enquadram ou da principal fonte de rendimento do agregado, o que estará relacionado com o maior envolvimento das mulheres na gestão corrente das despesas do agregado. São os/as inquiridos/as mais velhos/as, entre os 45 e os 66 anos, e os/as oriundos/as dos PALPs que menos afirmam poder, todos os meses, fazer face às despesas.

Embora cerca de um/a em cada três inquiridos/as tenha afirmado ter capacidade financeira para enviar dinheiro para o país de origem todos os meses, só um/a em cada cinco o faz efectivamente. Em 9,5% dos casos há lugar a um envio a maior parte dos meses e 22,6% envia dinheiro apenas em alguns meses. Quase metade (47,4%) não efectua envios de dinheiro para o seu país de origem.

Quando o dinheiro não é suficiente, é mais frequente, para as mulheres, o recurso a familiares e/ou amigos/as ou mesmo a uma entidade de apoio social, enquanto que para os homens, o recurso ao trabalho adicional surge de forma mais evidente.

Da mesma forma, a análise da questão segundo os grupos de origem revela uma maior abertura por parte dos/as oriundos/as dos PALPs ao recurso à família e/ou a pessoas amigas. Os/as oriundos/as do Leste, por seu turno, afirmam accionar menos a família, resignando-se mais a uma situação de privação, enquanto que a larga maioria dos/as oriundos/as do Brasil se dividem, de forma equitativa entre a resignação e a adopção de uma atitude pró-activa independente tendo em vista o solucionar da situação.


















Sociabilidades¹⁵



As relações de amizade, dependentes em última instância, da escolha individual, reflectem um carácter de intranacionalidade acentuado, associadas às relações estabelecidas com a população portuguesa. Para além disso, torna-se claro um registo de sociabilidade dentro dos grandes grupos étnico-nacionais criados. A excepção diz respeito à população inquirida oriunda da Roménia que assume os mais baixos níveis de sociabilidade extra-nacional, apenas associando à amizade com indivíduos da mesma nacionalidade as relações estabelecidas com portugueses/as.

¹⁵ As sociabilidades são entendidas, no contexto do presente estudo, como "redes de relacionamento social quotidiano com diversos tipos de actores e conteúdos variados" (Machado, 2002).

Origem nacional dos/as Amigos/as dos/as Inquiridos/as, por Nacionalidade

Nacionalidade dos/as amigos/as Origem dos/as imigrantes	 Ucrânia	 Moldávia	 Roménia	 Brasil	 Guiné-Bissau	 Angola	 Cabo Verde	 São-Tomé e Príncipe	 Portugal	
 Ucrânia	93,3	50	53,3	40,0	0,0	33,3	26,7	6,7	80,0	
 Moldávia	85,7	100	64,3	14,3	0,0	14,3	21,4	0,0	71,4	
 Roménia	25,9	33,3	81,5	14,8	0,0	11,1	3,7	0,0	81,5	
 Brasil	23,4	19,1	19,1	89,4	12,8	29,8	25,5	14,9	91,5	
 Guiné-Bissau	16,7	0,0	16,7	0,0	66,7	33,3	66,7	33,3	83,3	
 Angola	23,5	23,5	35,3	52,9	47,1	82,4	58,8	47,1	82,4	
 Cabo Verde	0,0	25,0	0,0	50,0	50,0	75,0	100	25,0	100	
 São-Tomé e Príncipe	22,2	0,0	22,2	33,3	33,3	44,4	33,3	55,6	77,8	
Total										84,2

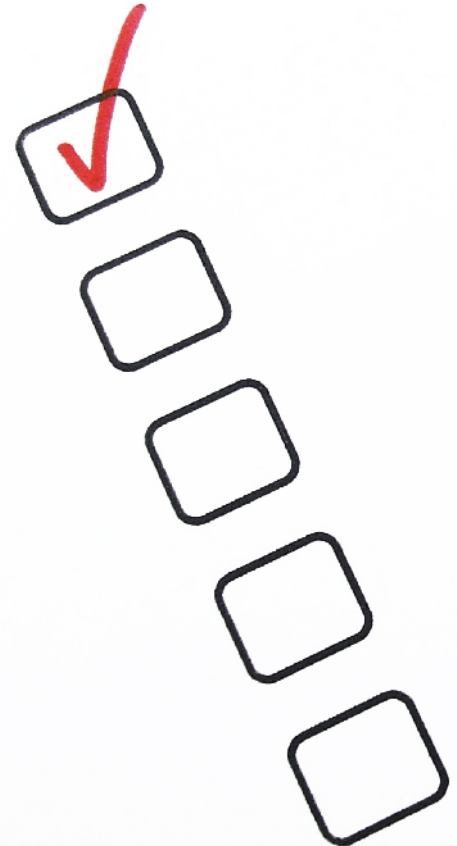
Legenda		> 66,6%		> 33,3% - 66,6%		<= 33,3%
---------	--	---------	--	-----------------	--	----------

Participação Cívica

A grande maioria das pessoas inquiridas não frequenta e/ou faz parte de qualquer associação ou organização. Apenas 15,2% afirma ter este tipo de actividade, registando-se uma participação ligeiramente maior por parte das mulheres da amostra (16% face a 14,3% dos homens). A organização mais referida é a ASSIM – Associação de Imigrantes do Montijo.

Quanto ao tipo de participação, e tendo em atenção resultados anteriores de estudos de natureza semelhante é, sem surpresa, a situação mais referida a que passa pela participação nas actividades levadas a cabo pelas entidades sem que os indivíduos sejam sócios ou associados.

Dos/as que não participam em qualquer organização, quase afirma tal ficar a dever-se à falta de tempo, situação a que não é alheio o facto de serem exactamente estas pessoas que mencionam tempos totais de trabalho (pago e não pago) mais longos.



Lazer e Tempos Livres

Tratando-se, na grande maioria, de indivíduos em situação activa, para os quais o trabalho ocupa uma parte essencial do dia, os tempos livres e de lazer configuram-se como uma oportunidade não só para descansar e retemperar forças, mas também para partir à descoberta da sociedade de acolhimento. Este aspecto encontra-se reflectido em algumas das actividades referidas pelas pessoas inquiridas, nomeadamente na opção "passear", a mais referida pelos indivíduos da amostra, sendo de realçar, porém, a considerável dispersão de respostas.

Existe a este respeito e como seria de esperar uma clara diferenciação em termos de género. Efectivamente há, da parte dos homens, uma maior concentração em actividades como a ida ao café e o encontro com amigos/as, enquanto que, para as mulheres, ir passear e cuidar da casa e de crianças aparecem como actividades frequentes¹⁶.

O menor tempo de permanência configura ainda proporções mais elevadas de inquiridos/as que afirmam aproveitar os tempos livres para passear, aproveitando, também, para conhecer melhor a sociedade de acolhimento. Com o maior tempo de permanência ganha maior expressão o encontro com amigos/as, provavelmente reflexo de redes de sociabilidade mais fortes, entretanto "tecidas".



¹⁶ É importante referir que os tempos livres são, normalmente, associados a tempos fora do trabalho remunerado. Daí que surjam as questões relativas às tarefas domésticas que, de outro ponto de vista, não devem ser encaradas como actividades de tempos livres mas sim como trabalho não pago.

A Conciliação da Vida Profissional e Familiar de Mulheres e de Homens Imigrantes em Montijo

A participação das mulheres e dos homens imigrantes no mercado de trabalho é óbvia quando estamos perante mulheres e homens cujas motivações para a imigração são quase sempre questões económicas e a procura de melhores condições de vida. Estes projectos induzem, necessariamente, tipos diversificados de articulação entre a vida profissional, familiar e pessoal. Pessoas isoladas, casais sem filhos/as, casais com filhos/as, famílias monoparentais, famílias alargadas, etc., vivenciam a conciliação da vida profissional e familiar de diferente maneira, uns e umas com mais responsabilidades e tensões que outros e outras.

O que se verifica na população imigrante do Montijo é que, independentemente do país de origem, os homens dedicam em média mais horas por dia a uma actividade profissional do que as mulheres. Este é um facto particularmente visível entre a população oriunda da Europa de Leste, com um diferencial a favor dos homens de mais 2 horas de trabalho remunerado por dia. Importa, ainda, salientar que existem no Montijo homens e mulheres da Europa de Leste a trabalhar 16 horas por dia.

Igualmente relevante é o tempo que, em média, é gasto nas deslocações entre a casa e o local de trabalho. Na população inquirida encontramos uma situação idêntica – são os homens quem despende mais tempo nas deslocações entre a casa e o emprego, dado particularmente evidente para os homens oriundos da Europa de Leste a residir nas freguesias do Montijo e Afonsoeiro (em média, perto de duas horas por dia). Se atendermos à profissão destes homens verificamos que a grande maioria se encontra a trabalhar na construção, o que pode implicar percursos mais ou menos longos de acordo com o local das obras. No caso das mulheres são as oriundas dos PALPs as que despendem mais tempo em deslocações (em média, cerca de 40 minutos por dia).

O tempo despendido em tarefas domésticas pela população imigrante no Montijo revela uma situação em tudo idêntica à da população portuguesa (vd. por exemplo Perista 2002) – são as mulheres quem dedica mais tempo por dia a este tipo de actividade, independentemente do país de origem ou da freguesia de residência. Há, contudo, uma excepção - os homens oriundos da Europa de Leste a residir nas freguesias do interior dedicam mais tempo diário à realização das tarefas domésticas do que todas as mulheres (independentemente da origem) a residir nas freguesias do Montijo e Afonsoeiro.

Porém, se na realização das tarefas domésticas, e para a generalidade, os homens evidenciam níveis de participação (muito) próximos dos das mulheres¹⁷, na prestação de cuidados a filhos e filhas tal nivelamento não acontece.

Ao analisarmos com quem ficam os filhos e as filhas (quando não estão na escola) das pessoas inquiridas verificamos que a grande maioria das crianças e jovens fica a cargo das mulheres: 37% das respostas das pessoas vindas do Brasil, 35% das da Europa de Leste e 29% das do Brasil. Verificando uma outra opção, a de “ficar em casa sozinho/a” com particular incidência para as crianças e jovens com mais de 10 anos.

Por outro lado, tendo em atenção de que estamos perante uma população em idade activa, imigrante, a residir em Portugal há relativamente pouco tempo e com estruturas familiares muito centradas no casal (com e sem filhos/as), não é de estranhar que se registem poucos casos de pessoas que prestam cuidados a pessoas em situação de dependência.

O tempo para o lazer no quotidiano desta população é relativamente escasso – em média, regista-se um máximo de duas horas e 20 minutos dedicadas ao lazer por parte de homens oriundos da Europa de Leste e dos PALPs. Curiosamente são as mulheres e os homens da Europa de Leste a residir nas freguesias do interior que menos tempo dedicam ao lazer.

Do conjunto de tempo de trabalho pago e não pago despendido por mulheres e por homens constata-se que, mesmo para a população imigrante, a pertença de género se sobrepõe à pertença étnico-cultural e à condição perante o trabalho – mesmo com um emprego a tempo inteiro, são maioritariamente as mulheres que asseguram o cumprimento das responsabilidades familiares, mantendo-se a divisão do trabalho doméstico e familiar com base no sexo, restando, pois, às mulheres acumular jornadas de trabalho diário, em média e para o total, de um pouco mais de 12 horas face às cerca de 10 horas por parte dos homens.

¹⁷ Importa recordar que estamos perante uma população em parte composta por pessoas isoladas (logo, a realização das tarefas domésticas recai sobre o indivíduo) e por pessoas sem filhos/as, o que acarreta, evidentemente, uma redução no número de tarefas a realizar.

Tendo em conta os países de origem, verificamos que para as mulheres oriundas dos PALPs as tarefas domésticas são, em grande medida, realizadas pelas próprias (não contando com ajuda), mas também com ajuda das filhas ou de outros familiares (provavelmente também do sexo feminino). A participação de outras pessoas na prestação de cuidados a filhos/as segue um padrão mais ou menos idêntico ao anterior, assistindo-se, porém, a uma menor participação masculina particularmente no que respeita às pessoas oriundas do Brasil.



Redes de Apoio e a Relação com Diversos serviços: entre a esfera do privado e a esfera institucional

A relação que as pessoas imigrantes desenvolvem com serviços públicos de diversos tipos está muito dependente da situação, regularizada ou não, dessas mesmas pessoas em Portugal. Não obstante, existem serviços que, pela sua natureza, são frequentados por um maior número de imigrantes (em particular, os serviços de saúde e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras).

O recurso às instituições locais, como mecanismo de auxílio é mais evidente na comunidade africana, sobretudo feminina. Tal facto pode ser reflexo de um tempo de residência mais longo por parte das mulheres africanas e, conseqüentemente, de um melhor conhecimento das instituições públicas existentes no concelho e do tipo de ajuda que podem solicitar.

Não se constatou, nenhuma situação de insatisfação grave face aos serviços prestados, em nenhum dos domínios.¹⁸ A grande maioria das pessoas inquiridas a quem foi dada ajuda sente-se satisfeita, sendo a satisfação maior entre as mulheres (72,4%) do que entre os homens (65%).

Proporcionalmente, o nível de satisfação mais elevado regista-se entre as pessoas oriundas do Brasil (100% das mulheres brasileiras e 87,5% dos homens brasileiros) e o menor entre as pessoas oriundas da Europa de Leste (apenas 42,9% dos homens e 50% das mulheres); aliás, 30% das mulheres oriundas da Europa de Leste não se sente satisfeita com o apoio recebido.

O principal motivo para a satisfação com o apoio recebido reporta à eficácia, apontada por 58% dos homens e por 68% das mulheres, e à simpatia, referida por 26% dos homens e por 22,5% das mulheres.

Ao nível da satisfação são valorizados sobretudo a eficácia e a simpatia ao nível do apoio e serviço prestado. Por outro lado, no que diz respeito à insatisfação, evidenciam-se respostas como: *“deram informações erradas e tive que pagar multas por atrasos no processo de legalização”*, *“não conseguiram infantário para a minha filha e não explicaram porquê”*, *“deram-me alimentos fora do prazo”*, *“fui mal informado e perdi a licença de maternidade e paternidade”* e *“já ajudaram a tratar dos papéis mas também já recusaram”*.

¹⁸ Os/as imigrantes foram inquiridos face à sua (in)satisfação no que concerne: Serviços de Saúde (Centro de Saúde e Hospital), Tribunal, Forças Policiais, Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Centro de Emprego, Centro Local de Apoio ao Imigrante do Montijo, Tu Kontas, Associação de Imigrantes do Montijo,

De uma forma geral e de acordo com informação de natureza qualitativa recolhida, foi destacada a necessidade de disponibilizar maior formação aos/às técnicas que se encontram em locais de atendimento aos quais, naturalmente recorre a comunidade imigrante. Esta necessidade decorre de situações por vezes mal esclarecidas quanto ao direitos e deveres dos/as cidadãos/ãs imigrantes, factor que continua a prevalecer, enquanto constrangedor da qualidade do serviço prestado.

Por outro lado, uma melhor informação sobre os mecanismos nacionais e locais de funcionamento da comunidade autóctone, devidamente acautelada na perspectiva de um acesso simplificado e rápido à referida informação, ajudaria a uma maior facilidade de integração da comunidade imigrante no Montijo.

Quanto a entidades/instituições a que a população inquirida já solicitou apoio, o CLAIL de Montijo é a entidade a que mais pessoas recorreram, assumindo particular relevância entre os homens brasileiros; é, aliás, a única entidade indicada por todas as nacionalidades, o que pode indiciar esta ser vista como uma entidade de referência mesmo por parte de quem não se encontra em situação regular no País.

Em segundo lugar surge o Serviço Local de Segurança Social (SLSS). Esta instituição foi mais solicitada por parte das mulheres inquiridas, nomeadamente pelas mulheres oriundas dos PALPs e da Europa de Leste.

Já o Centro de Emprego – instituição que surge em terceiro lugar – foi mais referido pelos homens da Europa de Leste e pelas mulheres africanas.

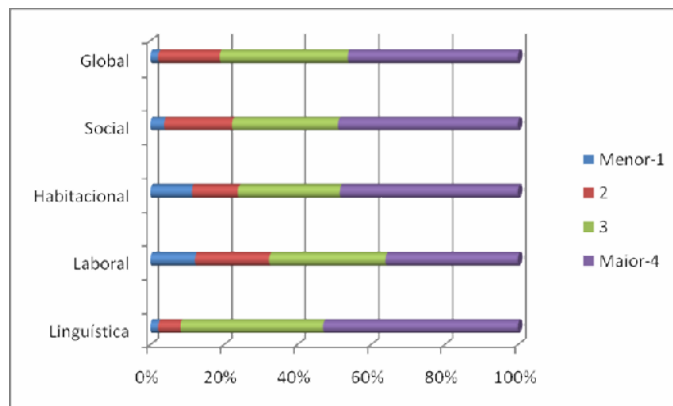
Percepções de Integração na Sociedade de Acolhimento

A integração foi analisada em função das percepções dos/as imigrantes inquiridos, face a um conjunto de dimensões – social, habitacional, laboral e linguística – e também em termos globais. A análise revela que, grosso modo, a maioria dos/as imigrantes considera ter uma integração positiva na sociedade de acolhimento, destacando-se as componentes social e habitacional.

Pese embora as dificuldades de integração que poderão surgir, associadas à sua condição de imigrante, a maioria não equaciona a possibilidade de abandonar Portugal e o Concelho do Montijo e retornar ao seu país de origem.

No entanto, nas situações de maior dificuldade de integração, associadas sobretudo a fenómenos de imigração mais recentes, sobressaem as dificuldades sociais e habitacionais, esta última associada à residência em quartos cedidos em casa de familiares ou amigos/as e a pernoita em instalações laborais.

Sentimento de integração global, social, habitacional, laboral e linguística



Contudo, no que diz respeito ao emprego a par das preocupações relativas às situações de desemprego surgem as relacionadas com a precariedade do emprego e com o desenvolvimento de actividades pouco qualificadas (nomeadamente serviços pessoais e domésticos), sobretudo para as mulheres imigrantes.

Ao nível da integração linguística, constata-se e como seria de esperar um forte relacionamento com o país de origem. Neste sentido são os/as imigrantes oriundos da Europa de Leste que maiores dificuldades têm a este nível, contrastando com uma muito positiva integração no campo laboral.

Inversamente, são os cidadãos/ãs oriundos dos PALPs aqueles que evidenciam uma maior dificuldade de integração no mercado laboral, contrastando esta situação com uma franca integração na esfera social e linguística.

As questões de ordem social são sobretudo identificadas pelos/as cidadãos/ãs brasileiros sendo factores constrangedores a uma plena integração. Contudo, consideram estes mesmos cidadãos possuírem uma boa integração global face à comunidade montijense de acolhimento.

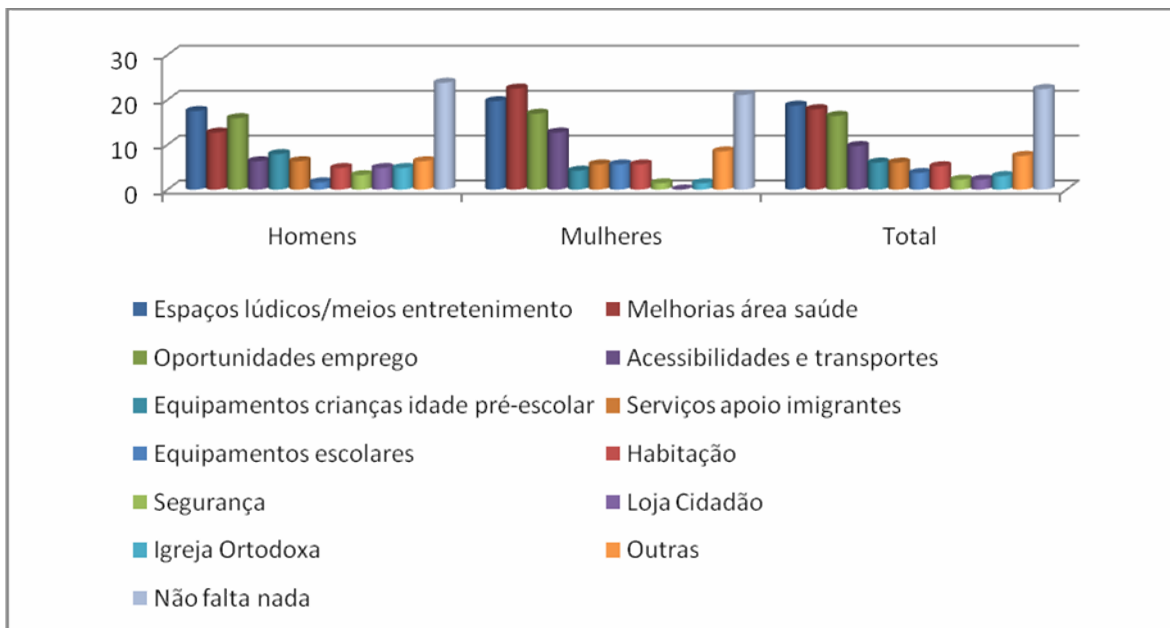
Retomando as questões linguísticas importa destacar as diferenciações efectuadas pelos/as inquiridos/as. A utilização da língua portuguesa no seu aspecto instrumental, ou seja, com vista à interacção com a comunidade autóctone é essencialmente evidenciada pelos/as imigrantes oriundos dos países da Europa de Leste, bem como pela comunidade africana dos PALPs. Inversamente, é na comunidade imigrante brasileira que se encontram as maiores fragilidades no “perceber as pessoas” e menos na utilização da língua portuguesa ao nível técnico, isto é mais elaborado.

Quando questionados/as sobre o sentimento de discriminação como factor que eminentemente influencia o sentimento de integração na comunidade autóctone, constata-se que 30,8% dos/as que avaliam negativamente a sua integração, consideram ser discriminados. Mais, um em cada quatro imigrantes (26,2% homens e 22% de mulheres) afirmou sentir-se discriminado/a, valor consideravelmente mais elevado na comunidade brasileira.

Relativamente à percepção que a comunidade imigrante inquirida tem da Concelho do Montijo, relativamente aos recursos em falta, na perspectiva de elevação da sua qualidade de vida, foram consideradas como dimensões que carecem de desenvolvimento a oferta no campo lúdico, os equipamentos de saúde e as oportunidades de emprego.



O que faz mais falta no Concelho de Montijo para uma melhor qualidade de vida?



Considerações Finais

Os perfis de mulheres e de homens imigrantes que escolheram o concelho de Montijo para o seu local de residência em Portugal partilham muitas das características da população imigrante em Portugal.

Os três grandes grupos de origem constituídos no âmbito da pesquisa revelam tempos de permanência em Portugal distintos. Os/as oriundos/as dos PALPs registam os processos migratórios mais antigos, sendo na década de 2000 que se regista a chegada da maioria dos/as oriundos/as da Europa de Leste e do Brasil.

A procura de trabalho ou, mais genericamente, de melhores condições económicas foi, para a maioria, o motor da sua saída do país de origem, embora entre as mulheres o reagrupamento familiar assuma, também, alguma importância relativa.

A recomposição familiar é, na maioria dos casos, uma realidade, pelo que as estruturas familiares são largamente semelhantes à da sociedade de acolhimento, predominando as famílias nucleares com filhos/as.

A presença de familiares em Montijo ter-se-á, aliás, constituído como o principal motivo para a escolha do concelho como destino migratório. Não sendo esta uma decisão baseada na disponibilidade de emprego, não serão de estranhar as dificuldades sentidas, à chegada, para arranjar trabalho.

Independentemente das dificuldades, a maioria das pessoas inquiridas não tem planos para regressar ao país de origem. É, a este nível, relevante, como outras pesquisas demonstraram relativamente a outros contextos territoriais, que quanto maior é o tempo de permanência menor é a vontade de regressar ao país de origem, decorrente da compreensível maior estabilização e consolidação da vida profissional e familiar em Portugal.

O contexto habitacional de residência da maior parte dos/as imigrantes inquiridos/as passa pelo aluguer de uma habitação, embora haja já uma parte que optou pela aquisição de habitação própria. A este facto não serão, porventura, alheios os tempos de residência no concelho já relativamente elevados e que consolidarão maiores perspectivas de permanência. Da mesma forma, terá impacto o facto de quase todos/as os/as inquiridos/as afirmarem gostar do seu contexto territorial de residência, valorizando, sobretudo, a calma e/ou a tranquilidade proporcionados. Também o alojamento é positivamente avaliado ao nível da sua dimensão e qualidade.

As sociabilidades são, sobretudo, intranacionais, muito embora o estabelecimento de relações de amizade com portugueses/as seja igualmente relevante.

Apesar de níveis de escolaridade significativamente mais elevados do que os da população portuguesa, a inserção profissional ocorre maioritariamente nos sectores mais tradicionais de integração de população imigrante: o sector da construção, no caso dos homens e os serviços domésticos/de limpeza, no caso das mulheres.

Embora mais de metade da população inquirida tenha um contrato a termo certo, entre as mulheres cresce significativamente a proporção de pessoas pagas à hora. Da mesma forma, mais de metade dos/as inquiridos/as trabalha mais do que as 8 horas diárias regulamentadas.

Genericamente, os homens dedicam em média mais horas por dia a uma actividade profissional do que as mulheres. Pelo contrário, são as mulheres quem dedica mais tempo por dia à realização das tarefas domésticas. Constata-se, assim, que, também para a população imigrante, a pertença de género se sobrepõe à pertença étnico-cultural e à condição perante o trabalho na determinação dos padrões de afectação de tempo de trabalho pago e não pago despendido por mulheres e por homens

A maioria dos/as inquiridos/as afirmou ter capacidade financeira para fazer face às despesas mensais essenciais. Em situação de dificuldade, financeira ou outra, as reacções oscilam entre a passividade e atitudes mais pró-activas, sendo o recurso à ajuda institucional accionado apenas por uma parte destas pessoas. A maioria, porém, já se relacionou com os diversos serviços à sua disposição no concelho.

Em termos globais, a aproximação possível às dimensões de integração revela graus de integração assinaláveis, mesmo que continuem a subsistir algumas falhas a diversos níveis. Deve, porém, ser salientado que, se o sentimento de discriminação percebido por uma parte da população inquirida é potencialmente exponencializado pela situação de imigrante, não é menos verdade que algumas das debilidades identificadas afectam, de modo semelhante, a população portuguesa, nomeadamente ao nível da precariedade e da informalidade do emprego.

Além do mais, de acordo com os/as imigrantes inquiridos/as, o concelho de Montijo parece não colocar desafios adicionais à sua condição de imigrante, não fazendo estes/as sobressair, de forma evidente, qualquer necessidade clara de intervenção no concelho, da qual resultassem acréscimos significativos em termos de qualidade de vida.

Bibliografia

- BAPTISTA, I. e PERISTA, P. (2004), *Imigrantes de Leste em Portugal: da emigração à inserção*, Lisboa, CESIS (policopiado).
- BORJAS, G., (1990), *Friends or strangers: the impact on the US economy*, New York, Basic books.
- CARRILHO, M. J. (2008) "A situação demográfica recente em Portugal", *Revista de Estudos Demográficos*, Nº 44, 2º semestre 2008, pp. 35-79
- FOTAKIS, C. (2003), "Imigração: Debate sobre a política da União Europeia", *Dimensão social e imigração*, Cadernos Sociedade e Trabalho, n.º 3, Lisboa, DEPP/MSST.
- JACKSON, J. A., (1986), *Migrações*, Lisboa, Escher.
- MACHADO, F. L. (2002), *Contrastes e continuidades – migração, etnicidade e integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- MOREIRA, H. (2005), "Emigração portuguesa (estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas)", *Revista de Estudos Demográficos*, Nº 38, 2º semestre 2005, pp. 47-65
- PEIXOTO, J. et al. (2006), *Mulheres Migrantes: Percursos Laborais e Modos de Inserção Socioeconómica das Imigrantes em Portugal*. Disponível em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/RelatorioPT/Relatorio_Mulheres_Migrantes.pdf.
- PEIXOTO, J. (2007), "Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal" *Análise Social*, vol. XLII (183), pp. 445-469
- PERISTA, P. (2005), "Imigrantes de Leste na AML: novos fluxos, novos perfis?", *Cidades Comunidades e Territórios*, n.º 9, Lisboa, CET.
- PERISTA, H. (2002), "Género e trabalho não pago: os tempos dos homens e os tempos das mulheres", *Análise Social*, vol. XXXVII (163), pp. 447-474.
- PORTES, A. (1999), *Migrações internacionais - origens, tipos e modos de incorporação*, Oeiras, Celta Editora.
- SOARES, R., (2003), "Relatório sobre a situação social na União Europeia", *Dimensão social e imigração*, Cadernos Sociedade e Trabalho, n.º 3, Lisboa, DEPP/MSST.

